



STATE GRID

BRAZIL HOLDING S.A.

国家电网巴西控股公司

STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A.

CNPJ/MF nº 11.938.558/0001-39

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

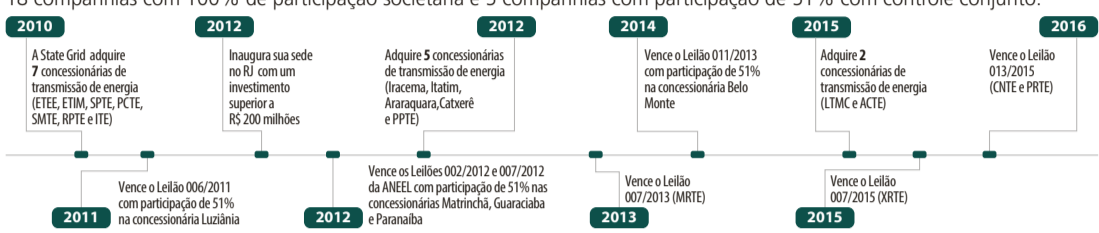
A **State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH ou State Grid")** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras consolidadas, com o Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2016:

1) A COMPANHIA

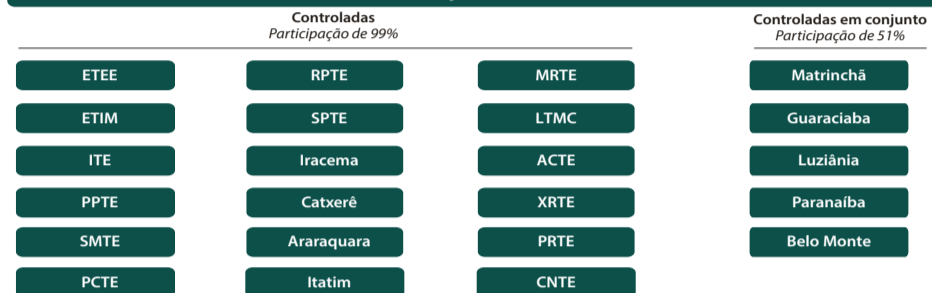
A SGBH é uma Companhia privada de capital fechado e foi constituída em 28 de abril de 2010 tendo como objetivo principal a participação societária em outras empresas. A Companhia é subsidiária da Top View Grid Investment Limited com 0,0001% de participação e da International Grid Holdings Limited (IGHL) com 99,9999% de participação. Estas empresas são subsidiárias da State Grid Corporate de China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A SGBH foi constituída em 2010, quando o Brasil foi escolhido pela State Grid International Development Limited (SGID) e pela Top View Investment Limited para a realização do primeiro grande investimento do conglomerado em países não asiáticos. A SGCC foi criada como uma empresa estatal em 2002, com o objetivo de construir e operar redes elétricas, para fornecer uma energia mais segura, mais limpa, mais econômica e sustentável. Com cerca de 1,9 milhões de funcionários, a SGCC serve 1.1 bilhão de pessoas e possui operações em diversos países, como Filipinas, Brasil, Portugal, Austrália, entre outros.

2) NEGÓCIOS NO BRASIL

Desde sua chegada no Brasil, a **State Grid** já adquiriu concessionárias do serviço público de transmissão de energia sendo 18 companhias com 100% de participação societária e 5 companhias com participação de 51% com controle conjunto.



Grupo SGBH



Trata-se de estrutura simplificada. Nesse organograma não foram incluídas duas Holdings da SGBH, a SGBH Expansão Participações Ltda. (SGBH-E) e a SGBH Transmissão Participações Ltda (SGBH-T), estas que possuem participação direta na ETEE e ETIM, respectivamente. As Companhias Controladas em conjunto não são consolidadas.

RAZÃO SOCIAL

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("EETE"); Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. ("ETIM"); Itumbiara Transmissora de Energia S.A. ("ITE"); Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. ("PTE"); Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("SMTE"); Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("PCTE"); Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. ("RPTE"); Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. ("SPTE"); Iracema de Transmissora S.A. ("Iracema"); Catxerê Transmissora de Energia S.A. ("Catxerê"); Araraquara Transmissora de Energia S.A. ("Araraquara"); Linhas de Transmissão do Itatim S.A. ("Itatim"); Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. ("MRTE"); Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. ("ACTE"); Linhas de Transmissão Montes Claros S.A. ("LTMC"); Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("XRTE"); Canarana Transmissora de Energia S.A. ("CNTE"); Paranaíba Ribeirãozinho Transmissora de Energia ("PRTE"); Matrinchã Transmissora de Energia S.A. ("Matrinchã"); Guaraciaba Transmissora de Energia S.A. ("Guaraciaba"); Luziânia Niquelândia Transmissora S.A. ("Luziânia"); Paranaíba Transmissora de Energia S.A. ("Paranaíba"); Belo Monte Transmissora de Energia S.A. ("Belo Monte")

Até 31 de dezembro de 2016 foram investidos cerca de R\$ 6,5 bilhões em concessionárias de transmissão de energia e a **State Grid** mantém a perspectiva de novos investimentos no Brasil através de seu plano estratégico de investimentos. A expectativa é de aproximadamente R\$ 24 bilhões em novos investimentos a serem licitados para desenvolvimento dos Sistema Interligado Nacional - SIN no Brasil.

Tendo como base o plano de investimentos, em 2016, a **State Grid** sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 013/2015, referente a duas novas concessões: **CNTE e PRTE**. A CNTE possui receita anual permitida (RAP) no valor de R\$ 58.212.631 e deságio de 5,29% frente a RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 25 de agosto de 2016. A Companhia prevê entrar em operação em junho de 2020. A PRTE possui receita anual permitida (RAP) no valor de R\$ 334.568.197 sem deságio frente a RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 25 de agosto de 2016. A Companhia prevê entrar em operação em junho de 2021.

Total de extensão de linhas em km em investimentos com 100% de participação

Extensão das Linhas em operação:
Extensão das Linhas em construção:

	2016	2015
Subestações próprias	24	23
Subestações acessadas	30	30

Parcerias:

Além de seus investimentos diretos, a **State Grid** tem alcançado importantes conquistas nos últimos anos com parceiros no Brasil: - Em 2011, em parceria com Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas") venceu o Leilão 06/2011 e constituiu a Luziânia Niquelândia Transmissora S.A. ("Luziânia"), possuindo participação societária de 51%. Este lote está composto pela Subestação Niquelândia e Subestação Luziânia. Houve autorização para iniciar a operação da Subestação Luziânia em 09 de junho de 2014 e SE Niquelândia, teve sua entrada em operação no dia 12 de agosto de 2015. - Em 2012, em parceria com a Copel Geração e Transmissão S.A. ("Copel"), venceu 2 lotes do Leilão 002/2012 e constituiu a Matrinchã Transmissora de Energia S.A. ("Matrinchã") e Guaraciaba Transmissora de Energia S.A. ("Guaraciaba"), possuindo 51% de participação societária em cada uma dessas empresas. A Matrinchã assinou o Contrato de Concessão nº 012/2012 em 10/05/2012 e todos os trechos já estão em operação, sendo o último em 29/07/2016. A Guaraciaba, por sua vez, assinou o Contrato de Concessão nº 013/2012 em 10 de maio de 2012 e durante o exercício de 2016 todas as Linhas de Transmissão entraram em operação, tendo sido a última em 09/12/2016. - Em 2014, venceu o lote G do Leilão 007/2012 em parceria com Furnas e Copel, e constituiu a Paranaíba Transmissora de Energia S.A. ("Paranaíba"), também possuindo 51% de participação societária. A Paranaíba concluiu, entre maio e novembro de 2016, a construção de todos os três trechos de linhas de transmissão objetos do Contrato de Concessão 007/2013. No mês de dezembro, por sua vez, houve a finalização da construção do reforço autorizado recentemente pela referida Agência Reguladora. - Em 2014, em parceria com Furnas e Eletronorte, venceu o leilão 011/2013, e constituiu Belo Monte Transmissora de Energia S.A. ("Belo Monte"). A Belo Monte ainda está em fase de construção e tem previsão de entrada em operação comercial em 2018, considerando 46 meses a partir da data de assinatura do contrato de concessão, em 16 de junho de 2014.

Total de extensão de linhas em km em investimentos com 51% de participação

	2016	2015
Linhas em operação:	2.570	399
Linhas em construção:	2.114	4.251
Ativos totais - R\$	11.151.725.884	8.648.930.541
Receita líquida - R\$	1.336.812.868	1.104.439.267

3) EXERCÍCIO DE 2016

O exercício de 2016 foi marcado por investimentos: - R\$ 939 milhões em aportes nas controladas em conjunto, - R\$ 613 milhões em aportes nas concessionárias controladas, e No exercício de 2016 também houve o registro elevado de receitas financeiras em função da redução da taxa do dólar, que em 31 de dezembro de 2015, estava cotada em USD 3,9048 por real comparado a taxa de USD 3,2591 em 31 de dezembro de 2016. As concessionárias ETIM, ITE, PCTE, SMTE, RPTE e SPTE e a SGBH possuem 100% de seus empréstimos contratados em dólar, assim, com a desvalorização da moeda americana houve a redução do endividamento e consequentemente essas empresas registraram lucro também em função da desvalorização do dólar. A ETEE, que também possuía seus empréstimos contratados em dólar, quitou sua dívida em 04 de setembro de 2016 e, até esta data, também esteve sujeita a desvalorização da moeda americana. A Administração faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que estes empréstimos estão contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais ficam consolidados no Grupo.

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a State Grid busca ser mais inclusiva. A State Grid vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado. Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A State Grid também participa de ações sociais junto a Sociedade. Destacamos alguns dos projetos culturais e sociais nos quais a State Grid participou:

- **Orquestra Maré do Amanhã:** prevê o ensino de música clássica para crianças e adolescentes de 09 a 16 anos residentes da comunidade da Maré no estado do Rio de Janeiro, em escolas públicas, tendo sua sede instalada no Centro Integrado de Educação Pública (CIEP) Operário Vicente Mariano. Busca também oferecer uma oportunidade real de melhoria de vida para os moradores da Maré, área considerada de risco.
- **Livro Jogos Olímpicos Rio 2016:** Trata-se de um livro de fotografias, bilingue (português e inglês), onde serão revelados e divulgados os momentos de emoção, alegria e superação oferecidos pelo esporte, ampliando o conhecimento dos leitores sobre as modalidades olímpicas, contemplando informações sobre a presença do país nas Olimpíadas, desde 1920, até sua última participação em 2012.
- **Campanha Anti Queimadas:** houve o apoio do projeto "Zag, Onde há fumaça há fogo!". Foram 37 apresentações (público de 5.864 alunos) teatrais em escolas públicas nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás, Mato Grosso e Ceará. O objetivo da iniciativa é ensinar e alertar de forma lúdica crianças de escolas públicas, professores e familiares sobre os cuidados que devem fazer parte do dia a dia do cidadão para evitar a destruição da natureza, principalmente no que diz respeito a queimadas.
- **Intercâmbio de Tênis de Mesa:** Para potencializar a prática do tênis de mesa no Brasil e usando da grande experiência chinesa no esporte. Criou-se programa de intercâmbio de treinamento entre atletas e treinadores brasileiros e chineses com o objetivo de contribuir para que os profissionais brasileiros atinjam o melhor resultado possível nas Olimpíadas 2016; elevando o nível técnico dos jovens talentos e os conhecimentos dos técnicos brasileiros.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da State Grid e para o cumprimento da nossa missão.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

Ativo	Nota	2016		2015		Nota	2016		2015	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativo equivalente										
Caixa e equivalentes de caixa	7	397.333.036	838.620.969	81.525.207	309.631.021		130.592	34.499.364	3.519.215	12.677.061
Concessionárias e permissionárias	9	-	122.623.293	-	117.371.604		-	323	-	15.037
Contas a receber - alugueis	19	5.194.889	5.097.408	3.387.775	3.294.372	17	-	87.900.898	-	115.007.124
Impostos a recuperar	10	2.554.432	31.272.283	16.733.537	60.733.620	17	4.099.384	255.652.841	4.372.309	318.052.305
Ativo financeiro amortizável e indenizável	12	-	933.003.857	-	931.669.190		973.674	234.933.457	3.120.370	107.657.235
Adiantamentos a fornecedores		432.191	11.717.457	197.541	7.236.725	18	-	44.072.252	-	41.369.141
Estoques		-	29.275.924	-	41.460.465	21	109.374.421	109.374.421	84.318.614	84.318.614
Dividendos a receber	13	113.303.416	31.689.769	112.829.931	12.349.023		122.773	21.154.458	111.328	14.846.944
Outros ativos circulantes		105.264	14.999.012	56.446	10.202.009		114.700.844	787.588.014	95.441.836	693.943.461
		518.923.228	2.018.299.972	214.730.437	1.493.948.119					
Ativo não circulante										
Títulos e valores mobiliários	8	-	54.751.984	-	52.132.551	17	-	774.521.317	-	746.771.696
Ativo financeiro amortizável e indenizável	12	-	5.299.197.310	-	4.633.720.491	17	2.195.971.748	3.101.642.624	2.385.908.170	3.705.632.408
Empréstimos a receber - partes relacionadas	11	636.942.003	636.942.003	334.929.622	278.548.556		-	98.974	-	2.162.607
Outros ativos não circulantes		174.188	42.054.602	133.691	37.477.461		-	17.164.759	-	19.287.084
Investimentos	13	6.795.494.394	2.689.027.464	4.587.548.333	1.733.692.187	20	5.156.001	490.480.140	3.770.044	493.043.188
Investimentos disponíveis para venda	19.1	40.467.228	40.467.228	35.492.843	35.492.843		289.054	49.470.142	271.742	46.224.397
Propriedade para investimento	14	92.855.948	92.855.948	94.815.276	94.815.276		2.053.233	46.833.228	1.297.646	40.677.920
Imobilizado	15	117.230.860	132.190.467	120.210.028	131.681.756	21	2.203.470.036	4.480.211.184	2.391.247.602	5.053.799.300
Intangível	16	9.717	145.938.906	16.988	157.421.301		-	-	-	(961.198.720)
		7.683.174.338	9.133.425.912	5.173.146.781	7.154.982.422		5.883.926.686	5.883.926.686	2.901.187.780	2.901.187.780
Total do ativo		8.202.097.566	11.151.725.884	5.387.877.218	8.648.930.541		8.202.097.566	11.151.725.884	5.387.877.218	8.648.930.541

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

	Nota	2016		2015	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita operacional líquida	23	9.301.392	1.336.812.868	9.012.491	1.104.439.267
Custo da operação	24	(4.818.863)	(507.947.023)	(1.959.328)	(250.260.855)
Lucro bruto		4.482.529	828.865.845	7.053.163	854.178.412
Despesas gerais e administrativas	25	(28.676.991)	(119.776.928)	(31.599.479)	(102.282.562)
Outras receitas operacionais líquidas	26	22.811	16.716.700	-	12.670.239
Lucro antes do resultado financeiro		(24.171.651)	725.805.617	(24.546.316)	764.566.089
Resultado financeiro	27	351.878.995	518.301.015	(967.992.785)	(1.683.992.328)
Receita financeira		807.384.068	1.344.207.436	398.850.798	658.776.181
Despesa financeira		(455.505.073)	(825.906.421)	(1.366.843.583)	(2.342.768.509)
Equivalência patrimonial	13.2	741.848.286	34.734.565	(67.587.691)	40.923.331
Resultado antes dos impostos		1.069.555.630	1.278.841.197	(1.060.126.792)	(878.502.908)
Imposto de renda e contribuição social	22	(2.858.773)	(212.144.340)	(3.052.200)	(184.676.084)
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		1.066.696.857	1.066.696.857	(1.063.178.992)	(1.063.178.992)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

		2016		2015	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		1.066.696.857	1.066.696.857	(1.063.178.992)	(1.063.178.992)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes		1.066.696.857	1.066.696.857	(1.063.178.992)	(1.063.178.992)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

		2016		2015	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		1.069.555.630	1.278.841.197	(1.060.126.792)	(878.502.908)
Ajustes					
Equivalência patrimonial		(741.848.286)	(34.734.565)	67.587.690	40.923.331
Juros e variações monetárias dos empréstimos		(372.052.586)	(507.346.424)	992.758.043	1.743.025.469
Depreciação e amortização		5.005.841	7.195.645	5.023.668	6.111.381
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	-	-	(2.856.767)
Provisão para contingências		17.312	9.386.601	111.503	3.646.866
Provisão para compensação ambiental		-	(2.122.327)	-	7.168.133
Atualização de investimento disponível para venda		(4.974.385)	(4.974.385)	(4.156.283)	(4.156.283)
Outros		755.581	16.737.370	-	-
(Aumento) redução nos ativos					
Concessionárias e permissionárias		-	(5.250.113)	-	3.625.704



STATE GRID
BRAZIL HOLDING S.A.

国家电网巴西控股公司

STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A.

CNPJ/MF nº 11.938.558/0001-39

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTROLADORA E CONSOLIDADA) - 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH" ou "Companhia"), com sede à Av. Presidente Vargas, 955, Sala 1.601, Centro, Rio de Janeiro, Brasil, é uma Companhia privada de capital fechado e foi constituída em 28 de abril de 2010 tendo como objetivo principal a participação societária em outras empresas. As controladas e controladas em conjunto nas quais a SGBH investe estão apresentadas nas notas explicativas 3 e 4. A Companhia é subsidiária da Top View Grid Investment Limited com 0,00001% de participação e da International Grid Holdings Limited (IGHL) com 99,99999% de participação. Estas empresas são subsidiárias da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas ("demonstrações financeiras") foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 10 de março de 2017.

2.1. Estimativas e premissas: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.3. Classificação circulante versus não circulante:** A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se representar caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. BASES DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da SGBH e das controladas, as quais:

Razão social	% de participação		Data de aquisição
	2016	2015	
SGBH Expansão Participações Ltda. ("SGBH-E") (i)	100	100	21/06/2010
SGBH Transmissão Participações Ltda. ("SGBH-T") (i)	100	100	21/06/2010
Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("ETEE") (i)	100	100	15/12/2010
Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. ("ETIM") (i)	100	100	15/12/2010
Itumbiara Transmissora de Energia S.A. ("ITE") (ii)	100	100	15/12/2010
Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. ("RPTe") (ii)	100	100	15/12/2010
Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("PCTE") (ii)	100	100	15/12/2010
Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("SMTE") (ii)	100	100	15/12/2010
Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. ("SPTe") (ii)	100	100	15/12/2010
Araraquara Transmissora de Energia S.A. ("Araraquara") (iii)	100	100	14/12/2012
Catxerê Transmissora de Energia S.A. ("Catxerê") (iii)	100	100	14/12/2012
Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. ("PPTe") (iii)	100	100	14/12/2012
Linhas de Transmissão do Itatim S.A. ("Itatim") (iii)	100	100	14/12/2012
Iracema de Transmissora de Energia S.A. ("Iracema") (iii)	100	100	14/12/2012
Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. ("MRTE") (iv)	100	100	18/11/2013
Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. ("ACTE") (v)	100	100	01/07/2015
Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. ("LTM") (vi)	100	100	01/07/2015
Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("XRTE") (vii)	100	100	07/08/2015
Canarana Transmissora de Energia S.A. ("CNTE") (viii)	100	100	27/04/2016
Paranaíba Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. ("PRTE") (viii)	100	100	27/04/2016

(i) A SGBH-E e SGBH-T foram constituídas como objetivo principal a participação societária em outras sociedades, as quais possuem controle das atividades da ETEE e da ETIM, respectivamente, estas que foram adquiridas pelo Grupo da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. (ii) Adquiridas já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. (iii) Adquiridas já em fase operacional da CYMI Holding S.A., CYMI do Brasil Proj. Serv. Ltda. e Lintran do Brasil S.A. (iv) Adquirida através do leilão 007/2013 - lote P, firmado através de contrato assinado em 18 de novembro de 2013. (v) Adquirida já em fase operacional da CME - Construção e Manutenção Eletromecânica S.A. e Tecneira Nova Geração Brasil Ltda. (vi) Adquirida já em fase operacional da Cobra Instalacoes y Servicios S.A. (vii) Adquirida através do leilão 007/2015 firmado através de contrato assinado em 22 de outubro de 2015. (viii) Adquiridas através do leilão 13/2015 firmado através de contrato assinado em 25 de agosto de 2016. Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As controladas que têm por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, tem a atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). O período de concessão, características operacionais e a Receita Anual Permitida (RAP) são definidas pelo contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia de cada concessionária. Apresentamos a seguir os dados sobre os contratos de concessão das concessionárias:

Companhia	Contrato de concessão	Encerramento da concessão	RAP histórica - R\$	RAP ciclo	
				2016/2017 - R\$ (i)	2015/2016 - R\$ (v)
ETEE	096/2000	Fevereiro de 2030	52.000.000	IGP-M	193.132.822
ETIM	086/2002	Dezembro de 2032	26.250.000	IGP-M	79.806.545
ITE	001/2005	Março de 2036	98.747.000	IGP-M	217.737.884
RPTe	003/2007	Abril de 2037	18.500.000	IPCA	31.085.038
PCTE	002/2007	Abril de 2037	23.430.000	IPCA	39.356.550
SMTE	003/2006	Abril de 2036	66.900.000	IPCA	131.141.651
SPTe	007/2007	Junho de 2037	17.000.000	IPCA	42.159.045
Araraquara	014/2009	Fevereiro de 2039	15.463.152	IPCA	24.730.346
Catxerê	011/2009	Fevereiro de 2039	35.448.000	IPCA	56.454.689
PPTE	009/2005	Março de 2036	43.711.000	IGP-M	97.632.772
Itatim	007/2009	Abril de 2039	48.550.000	IPCA	68.982.594
Iracema	002/2008	Março de 2038	13.757.000	IPCA	21.612.172
MRTE	010/2014	Janeiro de 2044	11.599.380	IPCA	14.589.543
ACTE	018/2010	Julho de 2041	6.420.000	IGP-M	8.967.097
LTM	003/2010	Julho de 2040	20.916.000	IGP-M	30.641.808
XRTE	007/2015	Outubro de 2045	988.030.985	IPCA	(ii)
CNTE	013/2015	Outubro de 2046	58.212.631	IPCA	(iii)
PRTE	013/2015	Outubro de 2046	334.568.197	IPCA	(iv)

(i) A RAP atualizada para o período de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017 foi aprovada em 28 de junho de 2016 de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.098/2016 - ANEEL. (ii) A XRTE não possui RAP para os ciclos 2015/2016 e 2016/2017 pois encontra-se em fase pré-operacional. A administração prevê a entrada em operação em 2019. (iii) A CNTE não possui RAP para os ciclos 2015/2016 e 2016/2017 pois encontra-se em fase pré-operacional. A administração prevê a entrada em operação em 2020. (iv) A PRTE não possui RAP para os ciclos de 2015/2016 e 2016/2017 pois encontra-se em fase pré-operacional. A administração prevê a entrada em operação em 2021. (v) A RAP atualizada para o período de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016 foi aprovada em 23 de junho de 2015 de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.918/2015 - ANEEL. (vi) A MRTE não possui RAP para o ciclo 2015/2016 pois a mesma se encontrava em fase pré-operacional durante esse ciclo. A empresa entrou em operação em 05 de setembro de 2016.

4. CONTROLADAS EM CONJUNTO

As controladas em conjunto são as entidades nas quais a SGBH não exerce o controle individualmente sobre as políticas financeiras e operacionais, o controle operacional e financeiro é compartilhado com os respectivos acionistas das mesmas. Assim, mesmo com participação de 51%, a SGBH não consolida as controladas em conjunto. Esses investimentos são registrados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo.

As controladas em conjunto nas quais a SGBH possui participação são sociedades de propósitos específicos (SPEs) que tem como principal atividade a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, da mesma forma que as controladas da SGBH.

Razão social	% participação	
	2016	2015
Luziânia Niquelandia Transmissora S.A. ("Luziânia") (i)	51	51
Guaraciaba Transmissora de Energia S.A. ("Guaraciaba") (ii)	51	51
Matrinchã Transmissora de Energia S.A. ("Matrinchã") (iii)	51	51
Paranaíba Transmissora de Energia S.A. ("Paranaíba") (iv)	51	51
Belo Monte Transmissora de Energia S.A. ("Belo Monte") (v)	51	51

(i) Em 29 de setembro de 2011 a Luziânia foi constituída a partir do Consórcio Luziânia-Niquelandia que foi o vencedor do Lote H do Leilão de Transmissão nº 06/2011, realizado pela ANEEL em 16 de dezembro de 2011 em conjunto com Furnas Centrais Elétricas S.A., com participação de 49%. O Lote H está composto pela Subestação Niquelandia e Subestação Luziânia. Houve autorização para iniciar a operação da Subestação Luziânia em 09 de junho de 2014, tendo os equipamentos sido, efetivamente, energizados em 19 de julho de 2014, após o fim do período restritivo estabelecido pelo ONS, em função da Copa do Mundo de Futebol. Já a SÉ Niquelandia, teve sua entrada em operação no dia 12 de agosto de 2015. (ii) A Matrinchã foi constituída em 14 de março de 2012 a partir do Consórcio Matrinchã que foi o vencedor do Lote A do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela ANEEL em 09 de março de 2012 em conjunto com a Copel Geração e Transmissão S.A., que tem participação de 49%. A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 012/2012 em 10 de maio 2012 que dispõe que o início da operação comercial ocorreria em 32 (trinta e dois) meses contados da data da assinatura, sendo então 10 de janeiro de 2015. Porém, devido a assuntos operacionais, o cronograma não foi alcançado na data prevista. Todos os trechos da Companhia já estão em operação, tendo sido os Lotes A2 e A3 os últimos a entrar em operação em 29 de julho de 2016. (iii) A Guaraciaba foi constituída em 14 de março de 2012 a partir do Consórcio Guaraciaba que foi o vencedor do Lote B do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela ANEEL em 09 de março de 2012 em conjunto com a Copel Geração e Transmissão S.A., que tem participação de 49%. A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 013/2012 em 10 de maio de 2012 que dispõe que o início da operação comercial ocorreria em 32 (trinta e dois) meses contados da data da assinatura, sendo então 10 de janeiro de 2015. Porém, devido a assuntos operacionais, o cronograma não foi alcançado na data prevista. Durante o exercício de 2016 todas as Linhas de Transmissão entraram em operação, tendo sido a última em 09 de dezembro de 2016. (iv) Em 21 de dezembro de 2012 a Paranaíba foi constituída a partir do Consórcio Paranaíba, vencedor do Lote G do Leilão de Transmissão 07/2012, realizado pela ANEEL em 19 de dezembro de 2012 em conjunto com Furnas Centrais Elétricas S.A., que tem participação de 24,5% e Copel Geração e Transmissão S.A. - que tem participação de 24,5%. A RAP anual foi determinada em R\$100.263.550, valor histórico, e será corrigida anualmente, com base na variação do IPCA. Companhia concluiu, entre maio e novembro de 2016, a construção de todos os três trechos de linhas de transmissão objetos do Contrato de Concessão 007/2013, firmado com a ANEEL. No mês de dezembro, por sua vez, houve a finalização da construção do reforço autorizado recentemente pela referida Agência Reguladora. Os testes de energização do último trecho e do reforço estão previstos para janeiro de 2017 em função de planejamento do ONS, sendo que os demais trechos se encontram energizados desde a data de conclusão das obras. Em relação ao licenciamento ambiental, a PTE recebeu, no mês de janeiro de 2017, anuência do IPHAN e tem a expectativa de receber a licença de operação para todos os trechos ainda no mês de janeiro, iniciando assim a sua operação comercial plena. (v) Em 20 de março de 2014 a Belo Monte foi constituída a partir do Consórcio IE Belo Monte, vencedor do Lote AB do Leilão de Transmissão 011/2013, realizado pela ANEEL em 07 de fevereiro de 2014 em conjunto com Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas), que tem participação de 24,5% e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte), que tem participação de 24,5%. O consórcio saiu vencedor com deságio de 38% sobre a RAP máxima para o Lote AB. Os investimentos totais estão estimados em aproximadamente R\$ 5 bilhões com uma RAP anual de R\$434 milhões. O contrato estabelece uma concessão com duração de 30 anos e entrada em operação comercial prevista para janeiro de 2018. O prazo de construção é de 46 meses a partir da data de assinatura do contrato de concessão (16 de junho de 2014).

5. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

5.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

5.2. Concessionárias e permissionárias: Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. **5.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **5.4. Ativo financeiro amortizável e indenizável:** De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão das Controladas não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário. No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão. Sendo assim é utilizado o modelo de ativo financeiro, classificado como "recebíveis" e registrado ao valor justo. Os ativos financeiros amortizáveis e indenizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto. **5.5. Investimentos em controladas e controladas em conjunto:** O investimento da Companhia em suas controladas é avaliado com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, para fins de demonstrações financeiras da controladora e consolidadas. Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integrar o valor contábil do investimento na controlada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. Para fins de demonstrações financeiras consolidadas, o ágio é reclassificado para o ativo intangível. A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuído aos acionistas da coligada. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora. **5.6. Imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais nas Controladas) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, reconhece-se essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. **5.7. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares, servidões, e por ágios gerados em função da expectativa de lucratividade e receitas incrementais esperadas no futuro, vinculados a combinações de negócios da Companhia. **5.8. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

5.9. Propriedade para investimento: Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição existente à época em que o custo foi incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor de custo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a SGBH contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso. **5.10. Impostos: Impostos sobre serviços prestados:** As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6% e 1,65%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** A tributação sobre o lucro compreendeu o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Apenas para as controladas, Araraquara, RPTe, PCTE, ETIM, LTM, SPTe e ACTE a tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido. Na tributação sobre o lucro presumido, o imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescido das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R\$ 60.000 no trimestre. A contribuição social é computada com presunção de 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 9%. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **5.11. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **5.13. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **5.14. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **5.15. Receita operacional:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. **Receita de operação e manutenção:** A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão. **Receita de construção:** A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo imobilizado em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver. **Remuneração dos ativos financeiros:** Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que corresponde a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP. **Receita de aluguel:** A receita de aluguel é registrada em conformidade com o regime contábil de competência e de acordo com a perspectiva de realização. **5.16. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. **Ativos financeiros não derivativos:** Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, concessionárias e permissionárias, Ativo financeiro amortizável e indenizável e empréstimos a receber - partes relacionadas. O saldo de caixa e equivalentes de caixa são classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. O saldo de caixa e bancos são mensurados pelo valor justo e os demais ativos financeiros, após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. **Passivos financeiros não derivativos:** Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores, empréstimos e partes relacionadas. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de financiamentos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.



STATE GRID
BRAZIL HOLDING S.A.

国家电网巴西控股公司

STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A.

CNPJ/MF nº 11.938.558/0001-39



continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTROLADORA E CONSOLIDADA) - 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

	2014	Transf.	Adições/baixas	Depreciação	2015
Prédios e instalações (i)	124.404.172	-	-	-	124.379.754
Máquinas e equipamentos	3.073.422	1.829	(24.418)	-	3.160.429
Móveis e utensílios	2.356.051	-	-	-	2.356.051
Outros	2.806	11.193	4.391	-	18.390
Custo	129.836.451	13.022	65.151	-	129.914.624
(-) Máq. equipamentos	(742.709)	-	-	(340.825)	(1.083.535)
(-) Móveis e utensílios	(448.196)	-	-	(235.605)	(683.801)
(-) Prédios e instalações	(5.449.350)	-	-	(2.487.911)	(7.937.260)
(-) Depreciação	(6.640.255)	-	-	(3.064.341)	(9.704.596)
	123.196.196	13.022	65.151	(3.064.341)	120.210.028

(i) Saldo correspondente a 55% do imóvel localizado na Avenida Presidente Vargas, 955 (mais detalhes veja nota explicativa 14).

16. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

	2015	Transf.	Adições/baixas	Amortização	2016
Ágio (i)	144.423.199	-	-	-	144.423.199
Servidões e Softwares (ii)	12.998.104	-	(11.000.000)	(482.397)	1.515.707
	157.421.303	-	(11.000.000)	(482.397)	145.938.906

	2014	Transf.	Adições/baixas	Amortização	2015
Ágio (i)	144.423.199	-	-	-	144.423.199
Servidões e Softwares (ii)	40.996.573	184.510	(27.969.558)	(213.421)	12.998.104
	185.419.772	184.510	(27.969.558)	(213.421)	157.421.303

(i) O ágio não é amortizado contabilmente, mas sujeito a avaliação anual para fins de impairment.

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do "valor em uso", através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento. Não foram identificados indícios de necessidade de registro de provisão para realização relacionadas ao ágio em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

(ii) Os valores apresentados estão líquidos da amortização acumulada. As servidões são faixas de passagem da linha de transmissão legalmente instituída em favor das Companhias, para as quais se impõem restrições ao uso e ocupação do solo. A área que compõem a faixa de servidão continua sob o domínio do proprietário.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CONSOLIDADO)

a) Total da dívida

Empresa	Descrição	Moeda do contrato	Início	Venci-mento	Garantias	Covenants	Encargos a.a.	2016	2015
ACTE	BNDES - Subcrédito A	R\$	07/2013	06/2027	(iii)	(vii)	TJLP + 2,42%	24.103.439	26.025.064
ACTE	BNDES - Subcrédito B	R\$	07/2013	12/2022	(iii)	(vii)	2,5%	7.053.774	8.229.402
ACTE	BNDES - Subcrédito C (i)	R\$	04/2013	06/2027	(iii)	(vii)	TJLP	104.791	113.146
Araraquara	BNDES	R\$	01/2011	11/2028	(iii)	(vii)	TJLP + 2,21%	68.118.685	72.909.823
Catxerê	BNDES	R\$	08/2011	08/2028	(iii)	(vii)	TJLP + 2,21%	152.566.377	163.297.155
ETEE	SGID	US\$	12/2013	04/2016	N/A	N/A	Líbor + 2,20%	-	77.666.242
ETIM	SGID	US\$	12/2013	09/2018	N/A	N/A	Líbor + 2,55%	37.823.974	67.975.053
Iracema	Debêntures	R\$	11/2010	11/2035	(iv)	(vii)	TR + spread 9%	116.973.582	117.810.017
Itatim	BNDES - Subcrédito A	R\$	11/2012	04/2028	(iii)	(vii)	TJLP + 2,74%	193.582.572	209.314.641
Itatim	BNDES - Subcrédito B	R\$	11/2012	10/2022	(iii)	(vii)	2,5%	42.775.840	50.118.263
Itatim	BNDES - Subcrédito C (ii)	R\$	09/2014	04/2027	(iii)	(vii)	TJLP	225.004	243.334
ITE	SGID	US\$	12/2013	09/2020	N/A	N/A	Líbor + 2,65%	332.114.150	442.112.266
LTMTC	BNDES - Subcrédito A	R\$	05/2012	01/2027	(iii)	(vii)	TJLP + 2,58%	71.046.575	76.986.335
LTMTC	BNDES - Subcrédito B	R\$	05/2012	01/2027	(iii)	(vii)	TJLP + 2,18%	21.783.394	23.604.568
LTMTC	Debêntures	R\$	08/2012	04/2029	(v)	(vii)	IPCA + 8,75%	51.313.439	45.539.310
PCTE	SGID	US\$	12/2013	09/2025	N/A	N/A	Líbor + 2,85%	189.389.174	239.356.431
PPTE	BNDES - Subcrédito A	R\$	06/2007	06/2019	(iii)	(vii)	UMBNDDES + 3%	4.405.810	7.387.354
PPTE	BNDES - Subcrédito B + C	R\$	06/2007	06/2019	(iii)	(vii)	TJLP + 3%	12.094.330	16.692.296
							UMBNDDES + 4,3%	3.980.493	6.674.124
PPTE	BNPP - Subcrédito A	R\$	06/2007	06/2019	(iii)	(vii)	TJLP + 4,3%	10.926.149	15.079.931
PPTE	BNPP - Subcrédito B + C Santander	R\$	06/2007	06/2019	(iii)	(vii)	UMBNDDES + 4,3%	3.980.493	6.674.124
PPTE	Subcrédito B + C Santander	R\$	06/2007	06/2019	(iii)	(vii)	TJLP + 4,3%	10.926.149	15.079.932
RPTE	SGID	US\$	12/2013	09/2024	N/A	N/A	Líbor + 2,85%	124.774.949	158.371.674
SGBH	SGID - Subcrédito D	US\$	11/2014	11/2016	N/A	N/A	Líbor + 2%	1.274.307.479	1.526.487.759
SGBH	SGID - Subcrédito E	US\$	12/2014	12/2016	N/A	N/A	Líbor + 2,706%	369.509.431	442.703.772
SGBH	SGID - Subcrédito F	US\$	06/2015	06/2017	N/A	N/A	Líbor + 2,706%	219.709.552	263.230.758
SGBH	SGID - Subcrédito G	US\$	12/2015	06/2017	N/A	N/A	Líbor + 2,706%	130.417.267	157.858.190
SGBH	SGID - Subcrédito H	US\$	06/2016	06/2017	N/A	N/A	Líbor + 2,706%	75.710.137	-
SGBH	SGID - Subcrédito I	US\$	09/2016	06/2017	N/A	N/A	Líbor + 2,706%	32.416.752	-
SGBH	SGID - Subcrédito J	US\$	12/2016	12/2018	N/A	N/A	Líbor + 2,706%	98.000.514	-
SMTE	SGID	US\$	12/2013	09/2023	N/A	N/A	Líbor + 2,85%	365.869.395	503.193.400
SPTTE	SGID	US\$	12/2013	09/2024	N/A	N/A	Líbor + 2,85%	107.252.691	144.729.169
MRTE	BNDES - Subcrédito A	R\$	04/2016	06/2030	(iii)	(iii)	TJLP + 2,88%	25.631.259	-
MRTE	BNDES - Subcrédito B	R\$	04/2016	06/2030	(iii)	(iii)	TJLP + 1,88%	11.989.613	-
MRTE	BNDES - Subcrédito C	R\$	07/2016	06/2030	(iii)	(iii)	TJLP + 2,88%	10.711.178	-
MRTE	BNDES - Subcrédito D	R\$	07/2016	06/2030	(iii)	(iii)	TJLP + 1,88%	210.682	-
MRTE	BNDES - Subcrédito E	R\$	12/2016	06/2030	(iii)	(iii)	TJLP + 2,88%	2.918.587	-
MRTE	Debêntures	R\$	12/2016	12/2025	(vi)	(vi)	IPCA + 8,00%	15.000.000	-
								4.219.717.680	4.885.463.533
								343.553.739	433.059.429
								3.876.163.941	4.452.404.104
								4.219.717.680	4.885.463.533

(i) Atendendo à exigência do Subcrédito C do contrato de financiamento do BNDES da ACTE, o valor de R\$120.000 com a incidência de TJLP que deverá ser destinado aos investimentos sociais de empresas no âmbito da comunidade, não contemplados nos licenciamentos ambientais e/ou nos programas socioambientais do projeto básico ambiental para implantação do projeto a que se refere este contrato, através de aquisição e posterior doação à Prefeitura do Município de Xinguara, Estado do Pará, de uma viatura Tipo Van adaptada para cadeirantes, para viabilizar o transporte de pacientes do município. (ii) O Subcrédito C do contrato de financiamento do BNDES da Itatim no valor de R\$1.604.900 deverá ser destinado aos investimentos sociais de empresas no âmbito da comunidade, não contemplados nos licenciamentos ambientais e/ou nos programas socioambientais do projeto básico ambiental para implantação do projeto a que se refere este contrato, através dos projetos Maré do Amanhã e Projeto Casa Abrigo Criança Cidadã, com orçamento previsto de R\$1,2 milhão e R\$531 mil, respectivamente. Para esses projetos houve a realização de R\$995.552 até 31 de dezembro de 2015. b) Garantias: (iii) Garantias BNDES: Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão; caução, dada por todos os acionistas em favor do BNDES, da totalidade das ações da Companhia e caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão. (iv) Garantia debêntures Iracema: Contrato de alienação fiduciária da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia pelos seus atuais acionistas; contrato de cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos dos contratos de construção, de prestação de serviços de transmissão, de operação e manutenção e de conexão; Contrato de cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão e Carta de fiança bancária contratada com o Banco Bradesco S.A. (v) Garantia debêntures LTMTC: As garantias que suportam o financiamento são compartilhadas com o BNDES, sendo as Contas Reservas constituídas a partir de 15 de janeiro de 2020 no valor de 3 vezes o serviço da dívida considerando juros e amortização. (vi) Garantia debêntures MRTE: As garantias que suportam o financiamento são compartilhadas com o BNDES, sendo as Contas Reservas constituídas a partir de 15 de janeiro de 2017 no valor de 1 parcela do serviço da dívida considerando juros e amortização. c) Covenants:

	Araraquara	Catxerê	PPTE	Itatim	Iracema	LTMTC	ACTE
A Companhia deve apresentar o fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de juros a pagar:	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Adição de montante amortizado do principal superior ou igual a:	1,3 vezes	1,3 vezes	1,3 vezes	1,5 vezes	1,2 vezes	1,3 vezes	1,3 vezes
O índice foi cumprido pela Companhia em 31 de dezembro de 2016:	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

18. TAXAS REGULAMENTARES (CONSOLIDADO)

	2016	2015
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	6.415.323	8.866.029
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	4.673.035	4.632.472
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	32.983.894	27.870.640
	44.072.252	41.369.141

(i) RGR: Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. O pagamento dessa taxa é regulamentado pelo artigo 1º da Resolução da Aneel 23, de 5 de fevereiro de 1999, onde determina que as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devam pagar à Eletrobrás mensalmente valores tendo como base em 2,5% do investimento e mantem a provisão de 2,5% da receita operacional regulatória. Possíveis diferenças entre pagamento e provisão são ajustadas anualmente através de Despachos emitidos pela Aneel. A Administração da Companhia acompanha a emissão desses Despachos a fim de ajustar os valores pagos e reconhecidos no balanço. (ii) TFSEE: Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 27 de julho de 2016, através do Despacho 2.012 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas às competências de julho de 2016 a junho de 2017. (iii) P&D: Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

19. PARTES RELACIONADAS (CONTROLADORA)

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

	Nota	2016	2015
19.1. Ativo			
Contas a receber - aluguel (i)		5.194.889	3.387.775
Dividendos a receber		113.303.416	112.829.931
Outras contas a receber - não circulante (ii)		145.307	131.691
Empréstimos a receber	11	636.942.003	334.929.622
Ativo disponível para venda (iii)		40.467.228	35.492.843
(i) Saldo refere-se a contas a receber e receita de aluguel para controladas, coligadas, e outras empresas referente ao imóvel registrado como propriedade para investimento na Controladora (nota explicativa 14). (ii) Valores referentes a pagamentos de despesas administrativas entre as Companhias do Grupo. (iii) Em 06 de fevereiro de 2014 a Companhia adquiriu a totalidade do Capital Social da Luneng Brasil Sports Center Ltda. ("Luneng Brasil"). Em 29 de agosto de 2014 a Companhia celebrou junto a Shan Dong Luneng Tai Shan Football Club Limited ("Luneng") em acordo de custódia a transferência para a Luneng de todos os direitos e poderes para administração da Luneng Brasil. Em contrapartida a Luneng mantém a Companhia isento de quaisquer variações que sejam observadas no patrimônio da Luneng Brasil. O acordo de custódia tem vigência de 3 anos contados a partir de junho de 2014.			
19.2. Passivo			
Empréstimo - partes relacionadas	17	2.200.071.132	2.390.280.479
Dividendos a pagar		111.116.435	84.318.614

	2016	2015
Receita de aluguel (i)	10.251.792	9.663.203
Despesa de juros de empréstimo	(70.373.072)	(56.113.774)

(i) Saldo refere-se à receita dos aluguéis do imóvel classificado como propriedade para investimento. Os mesmos são alugados para controladas, controladas em conjunto e outras empresas do Grupo.

19.4. Garantias: A SGBH está como garantidora de contratos de empréstimos e financiamentos das controladas em conjunto, como se segue:

Controlada em conjunto	Tipo de empréstimo	Valor garantido em 31/12/2016	Data de assinatura do contrato	Data de vencimento
ACTE (ii)	Financiamento LP	42.255.000	28/10/2015	09/04/2017
MRTE (ii)	Risco de construção	7.900.000	29/01/2014	28/02/2017
PPTE (ii)	Execução Fiscal	2.843.209	20/07/2016	20/07/2021
ETIM (ii)	Execução Fiscal	661.041	03/10/2016	03/10/2021
ITE (ii)	Execução Fiscal	16.132.261	21/10/2016	21/10/2021
ITE (ii)	Execução Fiscal	426.560	21/10/2016	21/10/2021
ITE (ii)	Execução Fiscal	333.005	21/10/2016	21/10/2021
ITE (ii)	Execução Fiscal	849.840	21/10/2016	21/10/2021
SMTE (ii)	Execução Fiscal	847.028	14/10/2016	14/10/2021
SMTE (ii)	Execução Fiscal	5.664.115	27/04/2016	26/04/2021
XRTE (ii)	Risco de construção	700.000.000	30/09/2015	01/03/2020
Belo Monte (iii)	Risco de construção	127.500.000	12/01/2015	13/07/2018
Belo Monte (iii)	Financiamento CP	205.530.000	14/11/2016	15/04/2017
Belo Monte (iii)	Financiamento CP	200.000.000	25/10/2016	16/07/2017
Belo Monte (iii)	Financiamento CP	12.750.000	26/10/2016	24/04/2017
Belo Monte (iii)	Financiamento CP	12.750.000	04/11/2016	24/04/2017
Belo Monte (iii)	Financiamento CP	38.250.000	16/11/2016	03/05/2017
Belo Monte (iii)	Financiamento CP	12.750.000	17/11/2016	15/05/2017
Belo Monte (iii)	Financiamento CP	193.800.000	26/12/2016	17/03/2017
Belo Monte (iii)	Financiamento CP	20.400.000	14/10/2016	23/06/2017
Belo Monte (iii)	Financiamento CP	1		



STATE GRID
BRAZIL HOLDING S.A.

国家电网巴西控股公司

STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A.

CNPJ/MF nº 11.938.558/0001-39



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTROLADORA E CONSOLIDADA) - 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

Resultado consolidado das companhias que aderiram ao lucro presumido:

	2016	2015
Receita bruta	499.570.794	90.370.852
Base de cálculo (8%)	39.965.664	7.229.668
Outras receitas	10.605.921	6.927.371
Base de cálculo IR	50.571.584	14.157.039
IR devido	(12.386.267)	(3.467.260)
(+) IR diferido	6.766.999	21.806.619
Base de cálculo (12%)	59.948.495	10.844.502
Outras receitas	10.605.921	6.927.371
Base de cálculo CS	70.554.416	17.771.873
CS devido	(6.349.272)	(1.599.469)
(+) CS diferido	1.171.895	8.183.016
Total de IR e CS	(10.796.645)	24.922.907

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita operacional bruta	10.251.792	1.482.069.145	9.942.627	1.225.814.582
Receita de operação e manutenção	-	176.955.014	-	170.274.673
Remuneração dos ativos financeiros	-	916.642.327	-	913.116.527
Receita de construção	-	379.359.974	-	133.513.507
Receita de aluguel	10.251.792	9.111.830	9.663.203	8.630.451
Outras	-	-	279.424	279.424
Deduções da receita operacional	(950.400)	(145.256.277)	(930.136)	(121.375.315)
PIS/COFINS	(950.400)	(99.282.756)	(930.136)	(75.761.879)
RGR	-	(24.879.754)	-	(25.589.686)
P&D	-	(8.775.796)	-	(9.017.509)
CDE	-	(1.977.743)	-	(4.782.266)
TFSEE	-	(3.861.980)	-	(2.181.303)
Proinfra	-	(6.416.456)	-	(4.033.796)
Outras	-	(61.792)	-	(8.876)
	9.301.392	1.336.812.868	9.012.491	1.104.439.267

24. CUSTO DA OPERAÇÃO

	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Pessoal	-	(58.990.578)	-	(57.750.352)
Material	(60.706)	(7.712.752)	-	(8.548.875)
Serviços de terceiros	(1.536.416)	(12.845.504)	-	(16.850.034)
Depreciação	(1.959.328)	(1.940.295)	(1.959.328)	(1.727.870)
Custo de construção	-	(379.359.974)	-	(133.513.507)
Custo de operação e manutenção	-	(24.643.588)	-	(15.031.072)
Outros	(1.262.413)	(2.634.332)	-	(16.839.145)
	(4.818.863)	(507.947.023)	(1.959.328)	(250.260.855)

25. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Pessoal	(5.634.149)	(65.502.268)	(5.646.020)	(43.362.378)
Serviços de terceiros	(6.170.535)	(15.282.960)	(6.413.522)	(16.035.478)
Arrendamentos e aluguéis	(253.679)	(738.192)	(273.618)	(1.976.905)
Provisão	(612.478)	(5.249.764)	(656.439)	(2.586.640)
Tributos	(336.986)	(1.913.346)	(4.938.212)	(18.146.761)
Depreciação e amortização	(3.046.513)	(3.996.576)	(3.071.611)	(3.646.025)
Gastos diversos	(12.015.773)	(20.613.116)	(9.781.887)	(13.264.336)
Outros	(606.878)	(6.480.706)	(818.170)	(3.264.039)
	(28.676.991)	(119.776.928)	(31.599.479)	(102.282.562)

26. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Rendas da prestação de serviços	22.805	32.996.362	-	20.482.104
Demais receitas e rendas	-	61.985	-	380.683
Tributos sobre receitas	-	(3.731.750)	-	(2.200.641)
Pessoal	-	(8.649.341)	-	(670.297)
Depreciação e amortização	-	(1.258.773)	-	(771.916)
Outros (i)	-	(2.701.783)	-	(4.549.694)
	22.805	16.716.700	-	12.670.239

Nesse grupo foram registradas receitas e despesas provenientes de atividades não vinculadas à concessão: Contrato de Prestação de Serviço de Operação e Manutenção (CPSOM), Centro de Operação do Sistema (COS) e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura (CCI) referentes às controladas.

27. RESULTADO FINANCEIRO

	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita financeira	807.384.068	1.344.207.436	397.194.413	658.776.181
Receitas de aplicações financeiras	24.783.474	71.041.537	39.720.960	88.857.865
Juros sobre empréstimos	43.364.185	43.364.185	16.541.998	16.541.998
Outras	2.563.520	635.928	(828.193)	(4.525.434)
Varição cambial	736.672.889	1.229.165.786	341.759.648	557.901.752
Despesa financeira	(455.505.073)	(825.906.421)	(1.366.843.583)	(2.342.768.509)
Varições cambial	(337.612.255)	(567.136.063)	(1.290.414.584)	(2.121.116.721)
Juros sobre empréstimos e financiamentos - terceiros	-	(73.150.978)	-	(78.390.965)
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas	(70.373.072)	(122.020.558)	(56.113.774)	(112.194.378)
Outras	(47.519.746)	(63.598.822)	(20.315.225)	(31.066.445)
	351.878.995	518.301.015	(969.649.170)	(1.683.992.328)

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle é previamente aprovada pela Diretoria. Em 2016 e 2015, a Companhia e suas controladas não registraram investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, exceto pelo saldo de propriedade para investimentos. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

28.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativos mensurados pelo valor justo	7	397.333.036	8	838.620.969
Caixa e equivalentes de caixa	7	397.333.036	8	838.620.969
Títulos e valores mobiliários	8	-	8	54.751.984
Contas a receber - aluguéis	19	5.194.889	19	5.097.408
Ativo financeiro amortizável e indenizável	12	-	12	6.232.201.167
Empréstimos a receber - partes relacionadas	11	636.942.003	11	636.942.003
		1.039.469.928		7.767.613.531

Ativos mensurados pelo custo amortizado

	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Adiantamentos a fornecedores	9	432.191	9	11.717.457
Concessionárias e permissionárias	-	-	-	197.541
		432.191		124.608.329

Passivos mensurados pelo Custo amortizado

	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Fornecedores - terceiros	19	130.592	19	34.499.364
Fornecedores - partes relacionadas	17	-	17	323
Empréstimos e financiamentos - terceiros	17	-	17	862.422.215
Empréstimos - partes relacionadas	17	2.200.071.132	17	3.101.642.624
		2.200.201.724		3.998.564.526

28.2. Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia e suas controladas são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia e suas controladas são: a) **Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e suas controladas têm como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração do Grupo, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia e suas controladas também não praticam aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) **Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos e financiamentos indexados a taxas de juros prefixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia e suas controladas efetuarem o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. c) **Riscos cambiais:** Os resultados da Companhia e de algumas de suas controladas estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações de empréstimos. O Grupo faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os principais empréstimos do Grupo em dólar são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais ficam consolidados no Grupo. **Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira:** A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31/12/2016. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

	31/12/2016	-5%	5%
Empréstimos	2.200.071.132	(104.570.083)	109.798.587
d) Risco de crédito: Os riscos de crédito são minimizados em virtude dos recebíveis das controladas serem essencialmente junto à ONS, apresentando baixo nível de atrasos nos recebimentos. e) Risco de liquidez: A Companhia e suas controladas acompanham o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração do Grupo através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.			

29. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia e suas controladas utilizam capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

30. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a cobertura de seguros da Companhia e suas controladas contra riscos operacionais era composto por danos materiais, para lucros cessantes e para responsabilidade civil.

	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Natureza	-	-	-	-
Responsabilidade civil	-	10.000.000	-	7.000.000
Seguro patrimonial	150.000	1.917.116.736	157.334.000	1.826.957.925
Veículos	-	737.438	-	662.861
	150.000	1.927.854.174	157.334.000	1.834.620.786

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 02 de janeiro de 2017 foi realizada reestruturação societária entre empresas investidas pela SGBH. A SGBH-E e a SGBH-T foram incorporadas por suas investidas, ETEE e ETIM, respectivamente. Ambas as empresas não possuíam operação relevante além do investimento nas duas transmissoras e a incorporação reversa não gerou impactos operacionais significativos. Ambas as operações societárias foram aprovadas através do Ofício nº 701/2016-SFF/ANEEL, datado de 30 de dezembro de 2016.

DIRETORIA

Hongxian Cai
Diretor Presidente

Yang Qu
Diretor Vice-Presidente

Ramon Sade Haddad
Diretor Vice-Presidente

Zhongjiao Chang
Diretor Vice-Presidente

Yuehui Pan
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ-103573/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos

Acionistas e Diretores da
State Grid Brazil Holding S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da State Grid Brazil Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da State Grid Brazil Holding S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de Companhia e seu grupo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira